



Ocas do Conhecimento

CADERNO ELETRÔNICO DE ANAIS

1º Workshop Ocas do Conhecimento: socializando saberes na construção de espaços ambientais sustentáveis

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Milton Melo dos Reis Filho (SEMED/Coordenadoria das Ocas)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Milton Melo dos Reis Filho - SEMED

Prof. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues - UFAM

Profª Ma. Eveline Maria Damasceno do Nascimento – UFAM

Prof. Me. Solange Pereira do Nascimento – UEA

Prof. Ma. Gina Rego Gama - SEMED

COMISSÃO JULGADORA DOS PÔSTERES

Prof. Dra. Sheila Nunes - SEMED

Prof. Dr. Tarcisio Serpa Normando – SEMED/UNINORTE

Prof. Ma. Luiza de Marilac Miléo Moreira - UNINILTONLINS

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS RESUMOS EXPANDIDOS

Dr. Renan Albuquerque Rodrigues - UFAM

Dr. Milton Melo dos Reis Filho – (SEMED/Coordenadoria das Ocas)

SECRETARIA

Maria Luciana Oliveira da Silva (SEMED/Coordenadoria das Ocas)

Michelle dos Santos (SEMED/Coordenadoria das Ocas)

Ireide Coelho da Cunha (SEMED/Coordenadoria das Ocas)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Pedro Augusto Soares Vieira – SEMED

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E LOGÍSTICA
Elson Sousa da Silva - SEMED
Amarildo Lopes Pereira - SEMED
Ivan Nunes de Souza - SEMED

COMISSÃO DE MONITORIA
Raimunda Rosineide Souza do Nascimento - UFAM
Eveline Maria Damasceno do Nascimento - UFAM

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DE CONVIDADOS
Ma. Gina Rego Gama - (SEMED/Coordenadoria das Ocas)
Ireide Coelho Cunha - (SEMED/Coordenadoria das Ocas)
Raimunda Rosineide Souza do Nascimento (UFAM)

COMISSÃO DE ARTE, CULTURA E CERIMONIAL
Michelle dos Santos (SEMED/Coordenadoria das Ocas)
Ireide Coêlho Cunha (SEMED/Oca Cidade do Leste)
Maria Luciana Oliveira da Silva (SEMED/Coordenadoria das Ocas)

COMISSÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Ma. Gina Rêgo Gama (SEMED/Coordenadoria das Ocas)
Dr. Milton Melo dos Reis Filho (SEMED/Coordenadoria das Ocas)
Dr. Renan Albuquerque Rodrigues (UFAM)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO
Milton Melo dos Reis Filho
Renan Albuquerque Rodrigues
Gina Rego Gama
Ireide Coêlho Cunha
Michelle dos Santos
Maria Luciana Oliveira da Silva
Dayse Campos Galúcio
Ivan Nunes de Souza
Amarildo Lopes Pereira
Pedro Augusto Soares Vieira
Elson Sousa da Silva

O 1º Workshop Ocas do Conhecimento Ambiental almeja reunir comunitários do entorno das três Ocas do Conhecimento Ambiental, localizadas nas zonas Leste e Norte da cidade de Manaus. A meta é convidar alunos, professores, pesquisadores e instituições apoiadoras para a promoção de interconexões de saberes entre os participantes do evento.

A ênfase é erigir conhecimentos em torno de temas relacionados à ciência e inovação, a partir da compreensão de uma comunidade sustentável, na qual pessoas possam construir relações sustentáveis com a natureza e o lugar onde vivem. É importante que comunitários e sociedade do entorno compreendam que só o coletivo é capaz de pensar e agir coordenado para construir o seu presente.

O evento oportuniza à Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental e a cada Oca do Conhecimento Ambiental apresentar e divulgar atividades realizadas ao longo do ano de 2014, cujas ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida tenderam a promover intercâmbios entre escola e comunidade.

É um momento propício para a socialização de experiências desenvolvidas, acompanhadas e assumidas em benefício da Educação Ambiental nos Espaços Não-Formais. Ou seja, nas Ocas do Conhecimento Ambiental, onde acontecem ações de forma permanente, buscando-se pensar e agir em razão de soluções para os problemas atuais e a construção de um futuro desejado por todos.

Busca-se, por meio do fórum de discussão e debate público, chamar a atenção da sociedade para participar da construção de um futuro sustentável das comunidades, nosso município, nossa região, para o Brasil e o planeta. Vislumbra-se a necessidade de criar e fortalecer espaços de debate nas ocas/escolas e universidades, considerando os problemas socioambientais da comunidade e percebendo como eles se relacionam com o mundo.

SUMÁRIO

Manaus: fragmentos de uma cidade sorriso <i>Eveline Maria Damasceno do Nascimento; Raimunda Rosineide Souza do Nascimento; Iraildes Caldas Torres</i>	6
Problemática socioambiental que envolve os moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu da cidade de Manaus/AM <i>Eveline Maria Damasceno do Nascimento; Iraildes Caldas Torres</i>	10
A obra de Antônio Cândido "Os parceiros do Rio Bonito": estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida <i>Eveline Maria Damasceno do Nascimento; Iraildes Caldas Torres</i>	13
A expressão da fala da mulher nos encontros, convenções e tratados: desafios ambientais contemporâneos <i>Gina Rego Gama; Manuel do Carmo da Silva Campos; Michele dos Santos; Milton Melo dos Reis Filho</i>	16
Os grandes eventos sobre educação ambiental e as questões meio ambiente e sustentabilidade em pauta <i>Eveline Maria Damasceno do Nascimento; Iraildes Caldas Torres</i>	19
Femininos interdependentes: as mulheres Sateré-Mawé e a terra <i>Solange Pereira do Nascimento; Iraildes Caldas Torres; Milton Melo dos Reis Filho</i>	24
Segurança alimentar e nutricional: um estudo da leitura dos rótulos como alternativas sustentáveis <i>Marinalva Aparecida de França Rodrigues; Alcilene Couto de Souza</i>	28
Sensibilizando estudantes de educação infantil em espaços educativos usando o mamífero "ariranha" (<i>Pteronura brasiliensis</i>) <i>Raimundo Nonato Brilhante de Alencar; Augusto Fachín Terán</i>	33
Oficina "Águas da Amazônia": levando aos estudantes dos ensinos fundamental e médio informações sobre os ecossistemas aquáticos da região amazônica <i>Domitila Pascoaloto; Climéia Corrêa Soares; Maria do Socorro Rocha da Silva</i>	39
Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental: desafios no espaço de educação ambiental não-formal <i>Maria Luciana Oliveira da Silva; Michelle dos Santos; Ireide Coelho da Cunha; Gina Rego Gama; Milton Melo dos Reis Filho</i>	44
Percepção ambiental na comunidade florestal: o papel da propriedade privada na consciência <i>Luciene Souza da Costa; Elane Cristina Lima da Silva</i>	48

Manaus: fragmentos de uma cidade sorriso

Eveline Maria Damasceno do Nascimento¹
Raimunda Rosineide Souza do Nascimento²
Iraildes Caldas Torres³

Introdução

O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas porque cada sujeito se situa num espaço e isso determina, no nível da vida cotidiana, a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face aos problemas da cidade e à necessidade de construir consensos em torno deles.

Não se pode querer entender a cidade senão pelas pessoas que a fazem e, a partir de suas vivências, errâncias, de seus valores, sua cultura, enfim, se quisermos compreender a cidade é preciso olhar fundamentalmente para as relações sociais aí estabelecidas, pois a cidade é produto e resultado dessas relações.

Assim, com o objetivo de introduzir uma reflexão lúcida da relação do espaço urbano para se compreender o processo de produção do urbano, onde o homem se insere como um ser que produz culturas, o presente estudo tratará da cidade de Manaus em consequência da não preservação do espaço natural.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido a partir de um processo de conversação com autores que veem a questão ambiental inserida num novo paradigma, tal como compreendem Oliveira (2003), Carlos (2001), dentre outros. Adotou-se uma metodologia dialógica, pois se faz fundamental percebermos e articularmos a pesquisa às dimensões política, cultural, social e educativa que compõem a visão de mundo dos moradores residentes na cidade de Manaus.

O estudo foi realizado em quatro fases distintas e articuladas. A primeira fase

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Professora da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus e da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC-AM. E-mail: ev_am@hotmail.com.

2 Professora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder - (GEPOS-PPGSCA-UFAM/CNPq). E-mail: rosineideamazonas@gmail.com.

3 Professora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder - (GEPOS-PPGSCA-UFAM/CNPq).

comportou a realização das disciplinas no curso de mestrado, a revisão de literatura, levantamento bibliográfico e documental, além da reformulação do projeto. A segunda fase foi reservada ao exame de qualificação e suas exigências institucionais. Na terceira fase realizamos a pesquisa de campo, organização e disposição estatística dos dados. A quarta fase ficou reservada a elaboração da dissertação e posterior defesa pública.

São partes da pesquisa: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, pesquisa de campo, norteadas por um aporte teórico-metodológico próprio da demanda imposta pelo processo de construção do conhecimento e organização dos dados.

Resultados e Discussão

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. Atualmente, muitos autores afirmam que o mundo se torna urbano devido ao rápido crescimento das cidades modernas e à transformação de vastas áreas em aglomerados urbanos.

A cidade, do ponto de vista da realização da vida, configura-se como prática socioespacial. Nessa dimensão concreta, ocorre a produção de laços de solidariedade e união dos habitantes, criados nas relações de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante (espaço e tempo do lazer e da vida privada, bem como espaço e tempo do trabalho), iluminando usos, particularmente aqueles que se estabelecem fora do mundo do trabalho e da vida privada.

Carlos (1992) afirma que a cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido.

Conclusões

Manaus já foi denominada Cidade Sorriso, um título sinalizador da alegria sempre presente em seus habitantes, apesar das dificuldades decorrentes das distâncias e circunstâncias. Nas ruas, as pessoas se saudavam mesmo sem se conhecerem, uma situação muito diferente dos dias atuais quando nem moradores do mesmo prédio se cumprimentam quando compartilharem o espaço do elevador.

Manaus traz, na estruturação de seu espaço e de sua população, as marcas dessa acelerada e desmesurada urbanização, perceptível nos bairros que compõem a cidade.

O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas porque cada sujeito se situa num espaço e isso determina, no nível da vida cotidiana, a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e à necessidade de construir consensos em torno deles.

Busca-se, a partir de uma reflexão lúcida da relação do espaço urbano, compreender o processo de produção do urbano, sua relação com o ambiente natural onde o homem se insere como um ser que produz culturas.

Referências

BROWDER, John O. e Godfrey, Brian J. Cidades da floresta. Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. (Tradução: Gisele Vieira Goldstein com colaboração de Jocilene Souza). Manaus: Edua, Suframa Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009.

BROWDER, John, GODFREY, Brian. A cidade. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, A. F. A. Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Editora Anthropos: 1968.

LENCIONI, Sandra. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n 24, pp.109-123, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, p.111, pg. 09 – 18, jul/dez. 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/Edua, 2003.

MONTEIRO, M. Y. Fundação de Manaus. 4ª Ed. Manaus: Ed. Metro Cúbico, 1994.

MORIN, Edgar. Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo. Tradução de Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. Organizadores: Maria Lúcia Rodrigues e Edgard de Assis Carvalho. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. Amor, poesia, sabedoria. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOTA, V. S. Espaços públicos de lazer em Manaus: o papel das políticas públicas. Manaus: Valer, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/Edua, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir, GUIDOTTI, H. A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia. Manaus: EDUA, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir, ALECRIM, J. D. (Orgs.). Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. Manaus: Edua, 2003.

Problemática socioambiental que envolve os moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu da cidade de Manaus/AM

Eveline Maria Damasceno do Nascimento¹
Iraildes Caldas Torres²

Introdução

O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas porque cada sujeito se situa num espaço e isso determina, no nível da vida cotidiana, a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face aos temas ambientais e à necessidade de construir consensos em torno deles. Assim, com o objetivo de introduzir uma reflexão lúcida da relação do espaço urbano para se compreender o processo de produção do urbano, sua relação com o ambiente natural onde o homem se insere como um ser que produz culturas, o presente estudo tratará das implicações ambientais que atingem os moradores da cidade de Manaus no entorno do Parque Municipal do Mindu em consequência da não preservação do espaço natural.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido a partir de um processo de conversação com autores que vêem a questão ambiental inserida num novo paradigma, tal como compreendem Oliveira (2003); Santos (1994) dentre outros. Adotou-se uma metodologia dialógica, pois se faz fundamental percebermos e articularmos a pesquisa às dimensões política, cultural, social e educativa que compõem a visão de mundo dos moradores residentes no entorno do Parque Municipal do Mindu. O estudo foi realizado em quatro fases distintas e articuladas. A primeira fase comportou a realização das disciplinas no curso de mestrado, a revisão de literatura, levantamento bibliográfico e documental, além da reformulação do projeto. A segunda fase foi reservada ao exame de qualificação e suas exigências institucionais. Na terceira fase realizamos a pesquisa de campo, organização e disposição estatística dos dados. A quarta fase ficou

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Professora da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus e da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC-AM. E-mail: ev_am@hotmail.com.

2 Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com.

reservada a elaboração da dissertação e posterior defesa pública.

São partes da pesquisa: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, pesquisa de campo: inicialmente realizamos um mapeamento de todos os conjuntos existentes no entorno do Parque Municipal do Mindu, norteadas por um aporte teórico-metodológico próprio da demanda imposta pelo processo de construção do conhecimento e organização dos dados.

Resultados e Discussão

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. Atualmente, muitos autores afirmam que o mundo se torna urbano devido ao rápido crescimento das cidades modernas e à transformação de vastas áreas em aglomerados urbanos.

A cidade, do ponto de vista da realização da vida, configura-se como prática socioespacial. Nessa dimensão concreta, ocorre a produção de laços de solidariedade e união dos habitantes, criados nas relações de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante (espaço e tempo do lazer e da vida privada, bem como espaço e tempo do trabalho), iluminando usos, particularmente aqueles que se estabelecem fora do mundo do trabalho e da vida privada.

Carlos (1992) afirma que a cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido.

Conclusões

Manaus já foi denominada Cidade Sorriso, um título sinalizador da alegria sempre presente em seus habitantes, apesar das dificuldades decorrentes das distâncias e circunstâncias. Nas ruas, as pessoas se saudavam mesmo sem se conhecerem, uma situação muito diferente dos dias atuais quando nem moradores do mesmo prédio se cumprimentam quando compartilharem o espaço do elevador. Manaus traz, na estruturação de seu espaço e de sua população, as marcas dessa acelerada e desmesurada urbanização, perceptível nos bairros que compõem a cidade.

Em conversa com os moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu, em

particular conjunto Barra Bela e Jardim Primavera, notamos a insatisfação em relação à situação decorrente das inundações que assolam esta área. Isto significa que os moradores sentem o desconforto de morar em uma área que alaga constantemente e sentem a insegurança de saber que durante as chuvas sua casa ficará praticamente sob as águas.

O resultado das entrevistas no que diz respeito à cidade de Manaus está relacionada com a problemática das inundações. A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. Assim, o acesso à cidade é mediado por mecanismos de mercado assentados na propriedade privada da terra.

Referências

- AB'SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. 15: 18-45, out. de 1953.
- ANA. Manual da Agencia Nacional das águas: Gerenciamento da Cheia do ano 2004 em Manaus. SUREG-MA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/CPRM, 2005.
- ARAÚJO, André Vidal. Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação. Manaus: Fundação Cultura, 1973.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. 4ª Ed. Manaus: Ed. Metro Cúbico, 1994
- MORIN, Edgar. Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo. Tradução de Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. Organizadores: Maria Lúcia Rodrigues e Edgard de Assis Carvalho. Porto Alegre: Sulina, 2002
- MORIN, Edgar. Amor, poesia, sabedoria. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MOTA, V. S. Espaços públicos de lazer em Manaus: o papel das políticas públicas. Manaus: Valer, 2008.
- OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/EDUA, 2003.
- OLIVEIRA, José Aldemir, GUIDOTTI, H. A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia. Manaus: EDUA, 2000.
- OLIVEIRA, José Aldemir, ALECRIM, J. D. (Orgs.). Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

A obra de Antônio Cândido “Os parceiros do Rio Bonito”: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida

Eveline Maria Damasceno do Nascimento¹
Iraíldes Caldas Torres²

Introdução

Este artigo remete a interpretação do Brasil. Trata-se da obra *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida*, tese de doutorado em sociologia defendida por Antônio Cândido em 1954 e que viria a ser publicado dez anos mais tarde. Trata-se de uma interpretação ampla da formação social brasileira, que sublinha a importância dos homens pobres do campo desde a colonização. O livro “*Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modo de vida*”, resulta de uma pesquisa entre 1947 e 1954, sobretudo no município de Bofete, antigo Rio Bonito, no interior de São Paulo.

Metodologia

A metodologia assume a perspectiva da pesquisa qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, buscando dialogar com autores de abordagem crítica atualizada para compreendermos o fenômeno em questão. Ao longo do processo, fez-se uma revisão da literatura aliada à busca de outras literaturas que contribuem para a compreensão da realidade investigada e dão alicerce à produção científica e também o registro das conversas formais e informais.

Resultados e Discussão

O livro “*Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modo de vida*”, resulta de uma pesquisa entre 1947 e 1954, sobretudo no município de Bofete, antigo Rio Bonito, no interior de São Paulo. *Os parceiros do rio Bonito* pode ser lido como uma interpretação abrangente sobre os processos de formação e da modernidade da sociedade brasileira, analisadas a partir

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Professora da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Manaus e da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC-AM. E-mail: ev_am@hotmail.com.

2 Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com.

do mundo social do caipira. Visa descrever um processo e uma realidade humana, característicos do fenômeno geral de urbanização no estado de São Paulo.

Segundo Cardoso (2013, p. 170) o essencial da contribuição de Os parceiros do Rio Bonito se mantém: o sentido de problema na relação entre natureza e cultura e na relação entre diferentes modos de produção (o caipira e o capitalista). De acordo com este autor tudo isso é encarado, sem perder de vista a perspectiva mais geral: o caipira e sua cultura, bem como sua adaptação econômico-ecológica, dão-se no contexto de uma sociedade mais ampla que coloca continuamente desafios novos à sua sobrevivência.

Conclusão

Seu livro contém uma proposta política: recuperar a voz dos marginalizados da colonização e defender a inclusão do caipira num mundo que se moderniza. Mariano (2000) diz que cabe, portanto, a cada grupo tradicional, manter ou não as suas manifestações e os seus valores, receber ou não a cultura de massa, persistir ou não pela sua sobrevivência. O que resta ao caipira é a si mesmo, a sua simplicidade, o seu carisma e sua criatividade. O livro mostra que a transformação do Brasil rural agrava o processo de exclusão social, pois ignora os verdadeiros produtores de sua história, e que esse processo só poderia ser superado pela reforma agrária, pautada por estudos voltados para a cultura. Seu livro contém uma proposta política: recuperar a voz dos marginalizados.

Referências

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1971.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 7ª ed., 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACKSON, Luiz Carlos. A tradição Esquecida Estudo sobre a sociologia de Antônio Cândido. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.16 nº 47 outubro, 2001.

LEAL, Flávio. Antônio Candido: O Sistema e a Formação na Formação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. IFBahia – Brasil- 2009.

LIMA. Airton Souza de. Revista dos discentes do programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais da Unesp-Marília. 2007.

MARIANO, Neuza de Fátima. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788]. Nº 69 (22), 01 de agosto de 2000.

A expressão da fala da mulher nos encontros, convenções e tratados: desafios ambientais contemporâneos

Eveline Maria Damasceno do Nascimento¹
Iraíldes Caldas Torres²

Introdução

O presente trabalho contribuirá para as discussões acerca da importância de uma gestão compartilhada com ênfase na corresponsabilidade na gestão do espaço público e na qualidade de vida urbana e que se estimule, crescentemente, ações preventivas, não descuidando da necessidade de lidar com as ações corretivas. Este estudo discute os principais Encontros, Convenções, Tratados que ocorreram no mundo vinculados às questões e as consequências da não preservação do espaço natural.

Para consolidar esta discussão, entendemos que o estudo, embora marcadamente ambiental, não é uma visão ecológico-naturalista. Busca-se, a partir de uma reflexão lúcida da relação do espaço urbano, compreender o processo de produção do urbano, sua relação com o ambiente natural onde o homem se insere como um ser que produz culturas.

Metodologia

A metodologia assume a perspectiva da pesquisa qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, buscando dialogar com autores de abordagem crítica atualizada para compreendermos o fenômeno em questão. Ao longo do processo, fez-se uma revisão da literatura aliada à busca de outras literaturas que contribuem para a compreensão da realidade investigada e dão alicerce à produção científica e também o registro das conversas formais e informais.

Resultados e Discussão

O modelo de desenvolvimento que caracteriza a nossa civilização nos dois últimos séculos conduz irremediavelmente à situação de degradação ambiental atual

¹ Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. E-mail: ev_am@hotmail.com

² Professora da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade de São Paulo.

nas nossas cidades. No que se refere a questão de gênero até por sua forma de participação e atividade dentro da sociedade, a mulher não pode ficar à margem da causa ambiental.

Furtado e Teixeira (2009), evidencia que, a mulher vivencia mais fortemente a necessidade de definir sua cidadania, procurando o cenário propício para desenvolver sua individualidade. Conforme Marcondes (2012), a ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, disse acreditar que “o mundo já deu passos rumo à igualdade de gêneros, porém, o caminho ainda é longo e agora é hora de acordar e concordar que o investimento nas mulheres é um grande catalisador para o desenvolvimento sustentável”.

Convém observar, no entanto, como registra Capra, em seu livro *A Teia da Vida* (1996), que “quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente e que há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples” (CAPRA, 1996, p. 23).

De fato, nos últimos anos, vem ocorrendo uma intensa discussão sobre a relação da mulher com a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas. Essa discussão parte da preocupação de como a mulher está inserida no processo de desenvolvimento, seu papel e suas funções.

Barbosa (2012) em seu artigo, afirma que o papel da mulher não tem sido somente o de administrar a educação e a formação de crianças, jovens e adultos; o papel da mulher é também sustentar a economia, liderar na educação, na pesquisa, na tecnologia, na inovação e no desenvolvimento socioeconômico da Região. Essa responsabilidade, somada às dificuldades que afetam a todos, faz com que a mulher seja a primeira a protestar e a agir contra condições de agravamento da degradação ambiental.

Conclusão

As experiências e contribuições da mulher a um meio ambiente ecologicamente racional devem ocupar um lugar prioritário no século XXI. De fato, nos últimos anos, vem ocorrendo uma intensa discussão sobre a relação da mulher com a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas.

Entendemos que os encontros e acordos internacionais voltados para tratar

sobre desenvolvimento sustentável, sem dúvida são fundamentais para levar à luz uma temática tão emergente.

Por conseguinte, ajuda a sensibilizar todos os setores da sociedade e contribui para os mesmos exigirem uma postura mais ética tanto socialmente como com o meio ambiente. Enquanto a contribuição da mulher não receber reconhecimento e apoio, o desenvolvimento sustentável seguirá sendo um objetivo difícil de ser alcançado.

Referências

BARBOSA, Eduardo Brandão. As Mulheres e o processo de Sustentabilidade da Amazônia Ocidental. (2012). Disponível <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/as-mulheres-e-o-processo-de-sustentabilidade-da-amazonia-ocidental/63295/>>. Acesso 14 out 2012.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

FURTADO, Eliana Rocha; TEIXEIRA Laiena Ribeiro. Na batalha pela justiça Social. n. 106. Jornal Grito Mulher. Belo Horizonte: Associação da Pastoral da Mulher, 2009.

MARCONDES, Alice. O espaço das mulheres na sustentabilidade. Disponível <<http://envolverde.com.br/economia/o-espaco-das-mulheres-na-sustentabilidade/>> Acesso 14 out 2012. MENICUCCI, Eleonora. Sustentabilidade e Igualdade de Gênero. Núcleo de Estudos Afro asiáticos. Jornal Correio Braziliense 2012.

Os grandes eventos sobre educação ambiental e as questões meio ambiente e sustentabilidade em pauta

Gina Rego Gama¹
Manuel do Carmo da Silva Campos²
Michele dos Santos³
Milton Melo dos Reis Filho⁴

Introdução

Este estudo trata dos grandes eventos sobre a Educação Ambiental, é parte de uma pesquisa realizada no curso de mestrado, em 2012. Traz para o debate a temática do meio ambiente e da sustentabilidade como pontos basilares das nossas discussões.

Dá-se ênfase aos grandes eventos sobre a Educação Ambiental como pautas das principais Conferências para auxiliar nossas inquietações, em especial aos propósitos necessários para repensar as questões votadas ao meio ambiente e a tão propalada sustentabilidade. Sua relevância está na Conferência de Estocolmo, Conferência de Belgrado, a RIO 92 e nas proposições da RIO+20.

Para melhor apreensão dos nossos diálogos, faremos um breve sobrevoo sobre cada um desses eventos para, em seguida, discutir e pensar a nossa realidade.

Metodologia

O aporte teórico metodológico cumpre as abordagens bibliográficas e está ancorado nos estudos de Dias (2010), Reigota (2009), Vergara (2006), Bezerra (2010) dentre outros teóricos que entendem o problema da Educação Ambiental como uma questão não resolvida, algo que para o qual se busca respostas por meio da pesquisa.

O estudo é parte de uma pesquisa avançada, realizado em 2012, e tem como locus uma Escola Particular do Município de Manaus.

1 Professora da Secretaria Municipal de Educação e Coordenadora da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental (Semed/Manaus). Mestre em Educação pela Universidade de Los Pueblos de Europa. gina.gama@pmm.am.gov.br

2 Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), orientador do trabalho pela Universidade de Los Pueblos de Europa e professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

3 Professora da Secretaria Municipal de Educação e Assessora Pedagógica da Coordenadoria das ocas do Conhecimento Ambiental – Semed/Manaus. mitchellez.23@gmail.com

4 Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia na área de concentração em Processos Socioculturais na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM, Pesquisador do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS-PPGSCA-UFAM/CNPq), professor da Secretaria Municipal de Educação – Semed-Manaus e da Faculdade Mauricio do Nassau – UNINASSAU. melomilton@ig.com.br

Resultados e Discussão

A Conferência de Estocolmo, em 1972, registrou um cenário de constante degradação ambiental. Nesse mesmo ano ocorreu em Estocolmo na Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, o grande tema dessa conferência foi à poluição causada pelas indústrias. Esta Conferência estabelece a Declaração sobre Ambiente Humano baseado na necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que serviriam de inspiração e orientação à humanidade, para preservação e melhoria do ambiente humano. Sinaliza aos governos que estabeleçam o Plano de Ação Mundial, como também a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental objetivando, segundo Dias (2010, p. 36) “educar o cidadão comum, para que maneje e controle seu meio ambiente”.

Para tanto, torna-se necessário analisar o contexto mundial daquele momento, os países ricos querendo tomar iniciativas para reduzir os índices de poluição e os pobres ou em desenvolvimento inclusive o Brasil achava que essa posição era um entrave ao seu desenvolvimento.

Dias (2010, p. 78) chama a atenção para o fato de que “o Brasil, imerso no regime ditatorial, na contramão da tendência internacional de preocupação ambiental, mostrava ao mundo o Projeto Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí”. Esses dois grandes empreendimentos de alto potencial de degradação ambiental.

Desde então, inaugura-se, no Brasil, as fortes pressões do Banco Mundial e das Instituições ambientais que, já atuavam no país.

Em 1973 é criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. De acordo com Dias (2010, p. 80), é “o primeiro organismo brasileiro de ação nacional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente”.

Reigota (2009, p. 24) lembra um dos grandes legados da Conferência de Estocolmo, “educar o cidadão e a cidadã para a solução dos problemas ambientais”. Aqui surge o que se convencionou chamar de educação ambiental.

O Encontro de Belgrado realizado em 1975, ex-Iugoslávia, promovido pela UNESCO ficou reconhecido como um dos encontros internacionais mais importantes da época. Nesse encontro foi formalizado a Carta de Belgrado “um documento histórico na evolução do ambientalismo” (DIAS, 2010, p. 101).

Para que os problemas ambientais sejam revertidos, segundo esse documento, são necessários união e envolvimento de toda a sociedade, aponta para uma nova

ética global nas relações entre a humanidade e a natureza.

Configuram-se como objetivos principais de abordagem da Educação Ambiental, a saber: "Conscientização, Conhecimento, Comportamento Competência, Capacidade de Avaliação e Participação" (REIGOTA, 2009, p. 54).

Esses objetivos ampliaram as ações e conhecimentos, busca de soluções e melhorias para a construção de uma consciência ambiental que precisa ser incorporada no cotidiano da vida de todos os cidadãos.

Diante desses propósitos, os educadores passaram a estimular os educandos a novas práticas educativas, através da sensibilização, do despertar para a questão. Sem o conhecimento da dimensão dos problemas ambientais e o quanto eles estão relacionados com as atitudes das pessoas, jamais poderiam se posicionar. É necessário o esclarecimento, o debate, o contraditório, como também o sentimento de pertencimento ao planeta, o entendimento que o humano e o natural precisam viver em equilíbrio para o bem da humanidade.

Todo esse entendimento deve ser transformado em ações pedagógicas cotidianas para que os educandos tirem as suas próprias conclusões e construam conhecimentos "que possibilitem uma intervenção cidadã, imediata, a médio ou a longo prazo" (REIGOTA, 2009, p.82).

A Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou a Rio- 92, como ficou mundialmente conhecida, realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, é um dos mais importantes eventos ambientais do século XX.

A Rio-92 inovou a primeira Conferência das Nações Unidas na qual a sociedade civil participou pelo fato de contextualizar a situação ambiental mundial e as mudanças ocorridas pós Estocolmo, identificar estratégias, locais, regionais e globais para tomada de decisões com relação às questões ambientais, recomendar medidas a serem tomadas em todos os níveis referentes à proteção do meio ambiente. Dias (2010, p. 50), sugere a "política de desenvolvimento sustentado". Para esta mesma autora, o desenvolvimento sustentável é visto como o novo modelo a ser buscado. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento.

No ápice dessas discussões, segundo Gadotti (2010, p. 47) a ONU utilizou pela

primeira vez em 1979, o indicativo de que “o desenvolvimento poderia ser um processo integral que deveria incluir as dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais e não somente as dimensões econômicas”.

A Rio-92 amplia o debate das questões ambientais em todos os níveis onde foram articulados vários acordos, tratados e convenções sobre questões ambientais os representantes dos países participantes aprovam a Agenda 21, que é “um plano de ação para o século XXI, visando a sustentabilidade do planeta” (DIAS, 2010, p.521), nos aspectos econômicos, sociais e políticos como também indicativos para os governos construírem suas agendas locais.

Esse momento também ficou conhecido de Fórum Global-92 promovido pelas entidades da sociedade civil, onde participaram mais de dez mil representantes das Organizações não Governamentais. De acordo com Gadotti (2010), redigiu-se, também, a primeira versão da Carta da Terra conclamando todos a adotar uma postura de responsabilidade e compromisso com a vida do planeta e da humanidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma Conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. A grande pauta foram as discussões de caráter de política pública⁵, para impedir o diálogo estacionado só no campo das ideias. As Informações do Instituto Vitae Civilis (2012, p. 2) apontavam as seguintes preocupações:

A conferência Rio+20 é pautada pela resolução ONU GA 64/236 que definiu como seus objetivos: i) assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável; ii) avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável e iii) abordar os desafios novos e emergentes.

Outro aspecto importante é que paralelo a Conferência promoveu-se o encontro organizado pela sociedade civil, ONGS, entidades ambientais e de classes. Esse encontro ficou sendo chamado, segundo o Instituto Vitae Civilis (2012, p. 5), de “Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental”.

⁵ A RIO+20, a Cúpula dos Povos, entregou ao representante da ONU um documento de 49 páginas chamado o Futuro Que Queremos. Esse documento aborda a erradicação da pobreza, a proteção dos oceanos e a produção sem destruição do meio ambiente em prol da sustentabilidade do planeta (g1.com.br/ jornal hoje. acesso em 22/06/2012).

Conclusão

Esta pesquisa sinaliza a importância de mais investimentos no âmbito da Educação Ambiental visando socializar os resultados das experiências em Educação Ambiental, principalmente nos chamados espaços Não-Formais.

Integrar a cooperação do desenvolvimento em Educação Ambiental em nível nacional e internacional, assim como discutir metodologias e currículo para a Educação Ambiental.

Esta pesquisa constata a hora de avaliar se os indicativos, as propostas deliberadas da Rio-92 que compõem a Agenda-21 tiveram aplicabilidade e se os avanços são significativos para conter a onda de degradação ambiental que assola a sociedade contemporânea.

Referências

BEZERRA, Alberto de Souza; PORTO, Marcelo Dutra. Prevenção ao fenômeno bullying: um estudo com grupos focais sobre o papel social do professor. Curitiba: CRV, 2010.

GADOTTI, Moacir. A Carta da Terra na Educação. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

Instituto Vitae Civilis-RIO+20: Informações Essenciais. Disponível em: <<http://www.vitaecivilis.org.br>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2012.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: 2009 2ª ed. Revista e ampliada. Brasiliense. Coleção primeiros passos.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2006.

Femininos interdependentes: as mulheres Sateré-Mawé e a terra

Solange Pereira do Nascimento¹
Iraíldes Caldas Torres²
Milton Melo dos Reis Filho³

Introdução

Refletir sobre o meio ambiente na perspectiva da teoria da complexidade e das relações de gênero é uma tarefa complexa do pensamento que não pode dispor de pensar a totalidade que não pode ser descrita pela simplificação reducionista como afirma Morin (2008). A aceitação da complexidade pode mostrar que a verdadeira totalidade é ainda incompleta. Indivíduo, sociedade e espécie são termos que finalizam um no outro, remetem-se um para o outro, num verdadeiro sistema circular onde as partes integram o todo, mas, mantém sua interdependência.

Pensar indivíduo, sociedade e espécie significa entender que tudo o que existe está integrado, interligado e que os antagonismos naturais fazem parte das relações entre os seres humanos e o meio ambiente numa dinâmica própria da existência.

Um dos maiores antagonismos vivenciados está centrado numa mesma espécie - a humana. O privilégio do masculino sobre o feminino nos conduziu há décadas de sofrimento e retrocesso nos caminhos do pensamento e do conhecimento. As mulheres ficaram à margem da organização dos espaços públicos, sujeitas aos desmandos do patriarcalismo bárbaro e desumano desde os primórdios da história desse planeta até os dias atuais. Essa ausência do feminino tem provocado situações flagelantes na relação indivíduo - sociedade - natureza.

O nosso olhar se volta a partir desta pesquisa para as mulheres indígenas Sateré-Mawé e o que elas têm a nos ensinar na relação com a terra que é um outro feminino (LÉVI-STRAUSS, 1985) que faz brotar de suas entranhas o alimento que gera vida e sobrevivência.

Metodologia

A metodologia segue as trilhas da etnografia Geertz (1989) num diálogo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas.

² Doutora em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Amazonas.

³ Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professor Adjunto da Faculdade Maurício de Nassau/AM.

profundo com a teoria da complexidade Morin (2008); Strathern (2006) sobre as relações de gênero e Lacroix (1996) sobre uma possível moral planetária que nos leve a repensar a complexidade das relações humanas e as necessidades da Terra. Nesta perspectiva o caminho se dá num diálogo aberto com múltiplos saberes na busca de encontrar os nexos cogentes para repensarmos o papel da mulher neste novo século a partir das experiências das mulheres indígenas e sua relação intensa com a terra. As técnicas utilizadas para a coleta de dados seguem as abalroamentos da antropologia no que se refere ao caderno de campo, ao uso autorizado do gravador de voz no processo de entrevistas do tipo semiestruturado e a máquina digital para registro da atuação das mulheres na roça.

Resultados e Discussão

Compreendermos o papel da mulher indígena nesse contexto é de fundamental importância. A terra é a grande mãe. É desse útero aberto no tempo que podemos falar em vida. Será também do fechamento desse útero no tempo que poderemos experimentar a morte.

As mulheres indígenas Sateré-Mawé se relacionam com a terra como se ela fosse uma extensão de si mesma. Numa das nossas idas a campo e perfazendo o caminho da roça com uma delas, no processo de colheita da mandioca percebemos a intimidade profunda com a Terra. Aquela mulher sentada ao chão, foi recolhendo calmamente cada mandioca que o marido retirava do solo. Mulher e terra, terra e mulher um diálogo entre dois femininos que têm a função de gerar a vida. Duas realidades distintas na aparência, mas, não na forma (SILVA, 1994).

O sol escaldante na cabeça e a chuva que caiu logo em seguida, não foram capazes de alterar aquela cena que a câmera foi capaz de registrar. Lévi-Strauss (1985) quando diz que a mulher é feminina como a terra é porque ela é em si mesma a expressão mais densa do que significa ser terra.

Morin (2007) nos diz que é preciso saber dialogar com todos os saberes se queremos continuar vivos nos próximos séculos. O que percebemos é que a humanidade está surda e cega aos sinais que o tempo está enviando a cada dia e as vozes dos mais velhos foram aos poucos sendo silenciadas pelas novas tecnologias que ditam as regras de nossa existência.

As mulheres Sateré-Mawé usam a terra para seu sustento. As roças são feitas

nos moldes antigos de derrubada e queimada – atividade masculina e plantadas pelas mulheres. A roça é também uma extensão da casa, como se fosse seu quintal. Todos os dias elas saem cedo para a labuta junto com os filhos menores e trazem somente o que precisam. É uma atividade pesada, carregar o paneiro sobre as costas. Seus maridos não auxiliam nesta atividade. Esta é uma função específica das mulheres. O cansaço é vencido pelo prazer de saber que naquele dia tem alimento para todos. Após chegar a casa com o paneiro⁴, as mandiocas são colocadas no chão, onde numa rodada, crianças, mulheres e jovens, descascam a mandioca para ser colocada de molho até o ponto de ficar aprontada para ser prensada no tipiti⁵ e finalmente torrada no forno.

As roças dos Sateré-Mawé são diversificadas. Eles cultivam o guaraná do qual fazem o sakpó. Essa bebida é preparada somente pela mão das mulheres, especialmente as que são mães. O guaraná representa a centralidade da relação de cuidado para com a terra. É o fruto por excelência que é miticamente simbólico e concebe toda a significação da cultura sateré-mawé (NASCIMENTO, 2013). Ao tomar o sakpó, você está adentrando pelo mundo espiritual dos mawé e bebendo do poder e da força de seus ancestrais. Não é uma simples bebida. O guaraná é uma das chaves de compreensão do universo mítico dos Sateré-Mawé.

Conclusão

Compreendemos a importância de adentrar pelo universo feminino sateré-mawé para apresentar ao mundo através das pesquisas que essas mulheres guardam um cabedal de conhecimento apreciável sobre a natureza e sua relação com a terra na perspectiva do cuidado como fala Boff (1999) e Lacroix (1996).

Esse cuidado também nos possibilita pensar o papel da mulher na reorganização da grande-mãe (oikós) e sua importância no redirecionamento dos espaços sociais no que se refere à partilha mais justa e igualitária dos bens no planeta.

A vida privada da casa é a escola que auxilia em menor escala, pensar de forma macro.

4 Paneiro - um cesto indígena trançado de cipó onde são colocados alimentos e outras coisas conforme a necessidade.

5 Tipiti - uma espécie de prensa em forma de tubo trançado de cipó, onde a massa da mandioca é colocada para escorrer a água até o ponto de ficar pronta para depois ser torrada e transformada em farinha e seus derivados.

Referências

BOFF, Leonardo. Saber cuidar. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LACROIX, Michel. Por uma moral planetária contra o humanicídio. Trad. Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Paulinas, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A oleira ciumenta. Tradutor: José Antônio Braga Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1985.

MORIN, Edgar. O método. A natureza da natureza. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. Maria da Conceição de Almeida, Edgard de Assis Carvalho (orgs.). 4.ed. SP: Cortez: 2007.

NASCIMENTO, Solange P. do. Baku, uma tuxaua na Amazônia. Manaus: EDUA, 2013.

SILVA, Márcio Bolda da. Metafísica e assombro: curso de ontologia. São Paulo: Paulinas, 1994.

STRATHERN, Marilyn. O Gênero da Dádiva. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

Segurança alimentar e nutricional: um estudo da leitura dos rótulos como alternativas sustentáveis

Marinalva Aparecida de França Rodrigues¹
Alcilene Couto de Souza²

Introdução

Atualmente fala-se de desenvolvimento econômico a partir de uma visão holística na qual a questão alimentar configura-se como centro das atenções. Haja vista que não se podem desvincular os motivos de ordem ética, econômica e política, pois nota-se que a questão está imbricada com o padrão de equidade social da sociedade.

O estudo da leitura dos rótulos como alternativas sustentáveis propõe trazer para o debate novas possibilidades para a segurança alimentar e nutricional porque habilita os consumidores de gêneros alimentícios a novos estilos comportamentais de consumo. A trilha discursiva cumpre uma breve reflexão a partir do desenvolvimento econômico no Brasil e, posteriormente, o estudo dos rótulos.

Metodologia

O estudo foi realizado no âmbito da Oficina Escola de Luthéria da Amazônia (Oela), localizada na Rua 22, n. 8 - Zumbi II, zona Leste da cidade de Manaus, a um universo de 30 comunitários frequentadores do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram aplicadas entrevistas do tipo semiestruturadas a 20 participantes do Projeto sendo mulheres, homens e crianças.

Resultados e Discussão

A chave interpretativa para as nossas inquietações sobre desenvolvimento econômica é a partir das preconizações de Maluf (2007), ao recomendar o imprescindível processo sustentável de melhoria de qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando o processo.

¹ Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte – Uninorte.

² Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte – Uninorte. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Para tanto, é necessário compreender quando iniciou este desenvolvimento no Brasil por meio de um breve fragmento histórico.

No Brasil processo de industrialização foi implantado nas décadas de 30, logo após a crise de 29, primeiramente na região sudeste e não em nível nacional. Essa crise motivou a falência de muitos produtores de café e conseqüentemente da produção cafeeira que entrou em declínio. Nesse tempo a indústria brasileira tinha o café como seu principal produto.

A indústria brasileira não tendo opção passou a diversificar de forma discreta limitando-se a produzir o que estava dentro das possibilidades como setor têxtil, alimentício devido a pouca tecnologia na época. Este processo foi intensificado e acelerado pelo crescimento acelerado dos grandes centros urbanos permeado pelo fenômeno do êxodo rural em consequência da queda do café. Afinal, o cultivo desse produto era a principal atividade na zona rural. Este processo suscitou a indústria produzir mais produtos para suprir a demanda que crescia dia a dia.

Atualmente é fácil perceber os ganhos da industrialização porque o alimento assumiu o foco e o tornou a alimentação muito mais acessível e com enormes variedades de alimentos onde pode-se encontrar in natura ou industrializados, acessíveis e mais caros.

Sem dúvida, o processo de industrialização tornou os alimentos mais caros. Exigiu tecnologias para fabricação, embalagem e distribuição. Além disso, as indústrias manipulam os ingredientes dos alimentos para torná-los atrativos para o consumidor.

Sendo assim é possível perceber que os produtos industrializados, em geral se destacam por apresentarem substâncias conhecidas como "Aditivos químicos" são substâncias acrescentadas aos alimentos para melhorar a sua cor, textura e aroma ou para conservá-los por mais tempo. Essa substância ingerida em grandes quantidades pode ser prejudicial à saúde das pessoas, em longo prazo.

Já existe uma legislação específica sobre os aditivos alimentares representada pelo Órgão que fiscaliza a aplicação de regras, a denominada Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Esta Agência determinou que todas as indústrias de alimentos que utilizam aditivos devem respeitar as quantidades estabelecidas, bem como discriminá-los nos rótulos.

Recomenda-se que conhecimento da leitura dos rótulos é importante

mecanismo para escolhas conscientes embora esta prática não seja tão presente na vida das pessoas como afirma as pesquisas relacionadas.

De acordo com o Ministério da Saúde 70% das pessoas verificam os rótulos dos alimentos durante as compras, mas metade não compreende adequadamente os significados das informações.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que a participação dos alimentos industrializados da dieta do brasileiro aumentou 82% entre 1974 e 2003.

Isso indica uma forte mudança no comportamento alimentar da população. O consumo inadequado de alimentos traz despesas e problemas para toda a família.

Saber e compreender adequadamente os significados das informações contidas nos rótulos é o indicativo para habilitar as pessoas ao consumo de forma mais inteligente os alimentos saudáveis. É orientá-las à qualidade de vida e de hábitos sustentáveis como preconiza a Segurança Alimentar e Nutricional.

A política de Segurança Alimentar recomenda que todas as pessoas têm direito à alimentação em quantidade e qualidade. Então, busca-se insistentemente entender sobre sustentabilidade que pode se compreendida como "as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de se inserir no processo geral de desenvolvimento" (HIRAI, Apud BECKER, 1999, p.73).

A Segurança Alimentar e Nutricional é expressiva quando estabelece um parâmetro para as estratégias de desenvolvimento de um país tendo como foco o desenvolvimento sustentável e a equidade social. Nesse sentido, devemos considerar os enfoques de Maluf (2007, p. 24) ao recomendar:

Ampliar o acesso aos alimentos, ao mesmo tempo em que questiona o padrão de consumo alimentar;

Sugere formas mais equitativas e sustentáveis de produzir e comercializar os alimentos;

Requalificar as ações dirigidas para os grupos populacionais vulneráveis ou com requisitos alimentares específicos.

Reconhecer esses aspectos e saber que o acesso aos alimentos não é somente comer regularmente, mas sim com qualidade e adequadamente aos hábitos culturais, a partir de práticas saudáveis que as preservem.

A intersectorialidade é um princípio fundamental nessa política porque articula as diversas políticas no sentido de superação e a fragmentação dos conhecimentos para produzir efeitos satisfatórios à vida e o cotidiano das populações.

Conclusão

Este estudo revela a importância do consumo consciente para uma vida mais rica e tranquila, ler as informações dos rótulos é mais do que uma opção, é uma rotina saudável ou um ato de sabedoria do ser cidadão.

A Anvisa aparece como uma Agência Reguladora primordial porque disponibiliza algumas sugestões que se aplicam a quase todos os tipos de hábitos alimentares, dentre os quais:

- Leia o rótulo de vários produtos e faça comparações – observe a lista de ingredientes;
- Prefira produtos cujos primeiros ingredientes da lista (aqueles em maior quantidade) não sejam itens como gorduras, óleos, sal, açúcar, sacarose, mel, melaço ou ainda outras formas de açúcar (por exemplo: maltose, lactose, glucose, frutose, dextrose, xarope de açúcar invertido);
- Prefira alimentos com baixo %VD de gorduras saturadas, gorduras trans e sódio;
- Opte por aqueles que apresentarem alto %VD de fibras alimentares.

Enfim, uma das constatações obtida nesta pesquisa revela a compreensão dos comunitários, sujeitos do nosso estudo, que para uma boa saúde deve-se considerar a alimentação equilibrada, hábitos saudáveis e, acima de tudo, informação. Aqui está o caminho para o alcance de um consumidor mais consciente, atento ao que necessita para viver bem, para uma melhor qualidade de vida. Embora iniciados pela mudança de pequenos hábitos, mas de grandes efeitos onde a leitura dos rótulos pode ser a diferença.

Referências

HIRAI, Wanda Griep. Segurança Alimentar em tempos de (in) sustentabilidade produzidas (Tese de doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

MALUF, Renato S. Jamil. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

ROCHA, Brizabel Muller da. Política de Segurança Alimentar Nutricional e sua inserção ao sistema único de assistência social. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012.

Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação aos consumidores Alimentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Universidade de Brasília – Brasília: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Universidade de Brasília, 2005.

Sensibilizando estudantes de educação infantil em espaços educativos usando o mamífero "ariranha" (*Pteronura brasiliensis*)

Raimundo Nonato Brilhante de Alencar¹
Augusto Fachín Terán²

Introdução

A educação Ambiental na Pré-escola é uma temática de grande relevância por inserir a criança pequena em um contexto de cuidado e preservação com o meio em que vive. As leis que regem a educação infantil apontam que a promoção do desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade precisa garantir a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos oferecendo condições de aprendizagens por meio de diferentes linguagens usando nesses processos as brincadeiras, convivência e a interação com outras crianças como uma ação constante neste segmento educativo.

A promoção de tais ações perpassa a inclusão de elementos da Fauna Amazônica nas temáticas na educação infantil. Nas últimas décadas temos assistido sobre exploração da fauna e flora Amazônica, levando perto da extinção muitas espécies de nossa região. A educação em ciências na educação infantil imputa práticas que incluem o desenvolvimento de hábitos saudáveis, conhecimento do próprio corpo e contato com ambientes naturais. Nesse sentido o objetivo desta pesquisa foi despertar a atenção das crianças quanto à preservação da "Ariranha" (*Pteronura brasiliensis*), mamífero considerado a maior das lontras, possui um grande número de vocalizações, e é bastante curiosa, o que a torna presa fácil para caçadores.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa participante com abordagem qualitativa (GIL, 2010). Para oferecer aos estudantes da pré-escola experiências mediadas em espaços fora da sala de referência³ usamos dois espaços educativos na cidade de Manaus, sendo um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI localizado na zona Norte de Manaus e um Espaço Não Formal Institucionalizado conhecido como Bosque da Ciência do INPA

1 Mestrando do Curso Educação em Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas. Pedagogo da SEMED/Manaus, Bolsista FAPEAM. E-mail: raybrilhant@hotmail.com.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: fachinteran@yahoo.com.br.

3 Termo usado na Educação Infantil para denominar o espaço da sala de aula (BRASIL, DCNEI, 2010).

(SANTOS-SEIFFERT; FACHIN-TERÁN, 2013). Os sujeitos da pesquisa foram 48 estudantes do segundo período da educação infantil e 02 professores. Para gerar os dados desta pesquisa usamos técnicas como: observação participante, entrevista, questionários antes e após a aula passeio (GIL, 2010) e Roda de conversas (MANAUS, 2013, GRAUE E WALSH, 2003; RYCKEBUSCH, 2011).

Discussão e Resultados

Nas práticas sistematizadas na educação infantil, destacamos a Aula Passeio, essa ação oportuniza as crianças de 4 e 5 anos, rumar para caminhos de novas aprendizagens a partir das relações com as pessoas e com o meio. Para Vygotsky, as relações do homem com o mundo podem ser mediadas por meio de *instrumentos* ou *signos*, esse conceituado teórico diferencia ambos ao indicar que os instrumentos relacionam-se as questões físicas diretas com o sujeito e os signos são formas posteriores de mediação ou instrumentos de relação semiótica ou simbólica (VYGOTSKY, 2010). A importância nas relações mediadas pela experiência das crianças na pré-escola se dá devido ao desenvolvimento de habilidades que poderá resultar nas práticas e no cuidado com a vida e o meio ambiente.

Durante a vida escolar, as crianças poderão vivenciar diferentes tipos de experiências teóricas ou práticas, mediadas a partir de sua vivência com a ação ou somente por aquilo que sua professora lhe contou. Nesse estudo foram considerados dois momentos importantes na teoria sócio interacionista, o primeiro é a consideração pelos conhecimentos reais que as crianças possuem (NCR) e o segundo são os conhecimentos potenciais ou proximais (NCP) que poderá ser efetivado a partir de ações pedagógicas nos espaços educativos. Portanto, o levantamento dos conhecimentos reais que as crianças já possuíam sobre a "Ariranha", ocorreu no CMEI a partir do dialogo por meio de rodas de conversas, brincadeiras e uso de instrumentos musicais. A intenção foi despertar nas crianças a arte de expressar os seus sentimentos e combinar os sons.

Destacamos que no CMEI as crianças aprenderam que a "Ariranha", também conhecida como "lontra gigante" e "onça d'água" é uma espécie que possui um grande número de vocalizações sendo bastante curiosa (ROSAS, 2004), possui um repertório variado de chamados e sons, sendo possível identificar o significado de determinadas vocalizações como o bufo ou rosnado que podem ser um bufo simples ou duplo

(MOURÃO E RIBAS, 2004).

O conhecimento das crianças sobre a fauna ainda está ligado a espécies não pertencentes à região Amazônica, essas informações se refletem quando perguntamos quais animais da floresta elas conheciam? O resultado mostrou que 18,8% (N=9) dos estudantes mencionaram a Cobra, 25% (N=12) mencionaram a Girafa, 31,3% (N=15) mencionaram o Leão e 25% (N=12) mencionaram o Elefante. Ante essa realidade do (des) conhecimento dos animais regionais mostra-se a necessidade de inserir no cotidiano das crianças a interação e o contato por meio de vivências em ambientes com grande potencial educativo como os Espaços Não Formais de Manaus e refletir sobre a necessidade de preservar os recursos naturais.

As vivências pedagógicas com os elementos da fauna amazônica nos Espaços Não Formais podem despertar nas crianças sentimentos de emoção, alegria, entusiasmo, curiosidade, elevando as possibilidades de uma aprendizagem potencialmente significativa. Isto, pode promover situações que despertem sentimento de respeito e admiração por todas as formas de vida no planeta inserindo assim no mundo das crianças o senso de responsabilidade, cuidado e preservação de espécies presentes na natureza como a "Ariranha" (MANAUS, 2013).

Durante a pesquisa perguntamos aos estudantes quantos conheciam esse animal, somente 10% (N=5) já tinham visto pessoalmente conforme relatos: "*Minha mãe já me levou lá no Bosque da Ciência, eu já vi... ela é marron*" (E-Vitória). Ao perguntarmos quantos conheciam o som desse animal, ouvimos diferentes respostas como: "*Ela late igual cachorro (E-Caio)... Não... Ela rosna igual onça: Uááá!!*" (E-Viviam). Essas experiências de comparar um som ainda não ouvido faz com que as crianças se relacionem com o uso da imaginação já que "uma das formas de ampliar o universo discursivo das crianças é propiciar que conversem bastante, em situações organizadas para tal fim, como na roda de conversa ou em brincadeiras de faz-de-conta" (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 138).

Para consolidar a aprendizagem usamos o recurso da música e ensinamos para as crianças a canção da "Ariranha"⁴, criada a partir das características desse animal. A cada encontro no CMEI, as crianças pediam para cantarmos a canção da ariranha acompanhada pelo pesquisador com um violão havaiano (ukulele) e as crianças com diferentes instrumentos de percussão. Esta atividade mostra que a música pode ser

4 Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_lzQjk0gD8w>.

um excelente recurso na aprendizagem das crianças quando trabalhada de maneira ativa ou passiva (FONTERARDA, 2004).

Na aula passeio no bosque da ciência, ocorreu uma experiência singular quando as crianças viram pela primeira vez a "Ariranha", dessa forma, revisitamos as lembranças das características desse animal, e sua importância para o equilíbrio na natureza. Viu-se nesse momento o quanto a curiosidade das crianças faz com que estejam num processo de descobertas constantes. Mesmo sendo um animal curioso, nesse dia a "Ariranha" pouco vocalizou, mas no instante em que as crianças começaram a cantar o animal rapidamente veio para perto das grades e ficou curiosa escutando a melodia que as crianças cantavam.

Quando o animal se movimentou foi um momento em que fomos chamados a atenção para esse fato: "*Professor!! Olhaaa... Ela veio ver a gente*" (E-Camila)... "*É mesmo, ela gosta de música...*" (E-Viviam). Nesse episódio, consideramos que a prática da aula passeio é um excelente recurso dinamizador no processo de sensibilização sobre a fauna e especificamente sobre esta espécie. Essa prática a qual consideramos uma ação pedagógica de excelente valor, visa contribuir para o processo formativo incentivando e estimulando nos estudantes ganhos para os conhecimentos potenciais (GONZAGA, 2011).

Os registros feitos sobre a verbalização e o comportamento das crianças, confirmam o quanto é significativo a relação das crianças pequenas com a natureza e com o meio ambiente. Ao realizarmos a verificação da aprendizagem nas crianças, viu-se que em sua totalidade os estudantes podiam falar sobre a "Ariranha", reconhecer algumas de suas vocalizações por meio de sons e vídeos e identificar a imagem correta desse mamífero, demonstrando que o conhecimento potencial realizado por meio do uso dos elementos sonoros nos espaços educativos mostrou-se positivos para o ensino e a sensibilização dos estudantes.

Consideramos que a partir das práticas pedagógicas ocorrentes nos espaços educativos, foi possível promover ações que colaborassem com o desenvolvimento integral das crianças realizando o que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam quanto à garantia de que a cada criança pequena tenha acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (BRASIL,

DCNEI, 2009, 2010).

Conclusão

As práticas pedagógicas na educação infantil relacionadas à preservação dos recursos naturais precisam envolver constantemente ações mediadas a partir das experiências, nessa necessidade, está à inclusão das responsabilidades que a Escola tem para sensibilizar os estudantes quanto aos cuidados com a fauna e flora Amazônica. As aulas passeios nos Espaços Não Formais de Aprendizagem carregam consigo o lúdico, a alegria e a diversão e podem contribuir de maneira potencial para a construção de cidadãos que carreguem consigo muito mais que o cuidado com o meio ambiente, mas o amor e o respeito às formas de vida na terra.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Vol. III. Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 20 de 11 de novembro de 2009. Trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009. Que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. Música e meio ambiente: Ecologia sonora. São Paulo: Irmãos Vitale, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONZAGA, Leila Teixeira. Processo de aprendizagem na educação infantil uma interação entre um espaço formal e não formal. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2011. Dissertação Programa de pós-graduação em educação e ensino de ciências na Amazônia), Escola Normal Superior, Universidade do Estado do Amazonas, 2011.
- GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MANAUS, Prefeitura de. Proposta Curricular educação infantil, creche/pré-escola, 2013.

ROSAS, Fernando César Weber. Ariranhas, *Pteronura brasiliensis* (Carnivora, Mustelidae). In: CINTRA, R. (Ed.). História natural, ecologia e conservação de algumas espécies de plantas e animais da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2004. p.265-269.

MOURÃO, Guilherme. RIBAS, Carolina. A biologia da ariranha como potencial atrativo para o ecoturismo no Pantanal. Anais do IV Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal, 23 a 26 de Nov. Corumbá – MS, 2004..

RYCKEBUSCH, Claudia Gil. A Roda de Conversa na Educação Infantil: uma abordagem crítico-colaborativa na produção de conhecimento. Tese de Doutorado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, s.n., 2011.

SANTOS, Saulo César Seiffert, FACHIN-TERÁN, Augusto. O uso da expressão espaços não formais no ensino de ciências. Revista Aretê, Manaus, v.6, n.11 p.01-15, jul-dez, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores; organizadores Michael Cole...[et al]. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Oficina “Águas da Amazônia”: levando aos estudantes dos ensinamentos fundamental e médio informações sobre os ecossistemas aquáticos da região amazônica

Domitila Pascoaloto¹
Climéia Corrêa Soares²
Maria do Socorro Rocha da Silva³

Introdução

A maioria das pessoas, principalmente quando vive em outros biomas, ao ouvir falar em Amazônia, pensa logo na floresta (muitas vezes com animais que são encontrados apenas nos continentes africanos e/ou asiáticos). E não se lembra de que na época escolar teve que “decorar” os principais afluentes do rio Amazonas (desde 2000 considerado o maior rio do mundo, tanto em volume de água como em comprimento). Saber que esses afluentes podem ser classificados de acordo com a tonalidade de suas águas, então, é quase “impossível”. Entretanto ao longo de mais de duas décadas ministrando palestras em escolas de ensino fundamental e/ou médio ou mesmo em instituições de ensino superior, os pesquisadores do INPA da então Coordenação de Pesquisas em Geociências (atualmente uma das linhas de pesquisa da Coordenação Dinâmica Ambiental) puderam perceber que mesmo os estudantes (e alguns professores) nascidos na região amazônica conheciam muito pouco dos recursos hídricos desta região. Desta forma, a fim de contribuir para a divulgação da importância dos recursos hídricos para a manutenção da floresta e do clima na Amazônia, foi desenvolvida, no início da década de 2000, a estrutura da atual oficina “Águas da Amazônia”, que busca divulgar, de forma mais dinâmica, o conhecimento científico da qualidade da água dos rios, igarapés e lagos da região amazônica.

Metodologia

Nas primeiras edições da oficina foram incluídas amostras de água de diferentes rios da Amazônia (principalmente rio Negro, de água preta, e rio Solimões, de água branca) que tivessem sido coletadas na semana do evento e, sempre que possível, era incluída uma amostra de um igarapé próximo às escolas que participariam do evento ou onde residia a maior parte do público alvo. No entanto, tendo em consideração a

1 Instituto Nacional da Amazônia/Coordenação Dinâmica Ambiental (INPA/CDAM).

2 Instituto Nacional da Amazônia/Coordenação Biodiversidade (INPA/CBIO) INPA - Avenida André Araújo, 2936, Aleixo, Manaus/AM, CEP 69067-375.

3 Instituto Nacional da Amazônia/Coordenação Dinâmica Ambiental (INPA/CDAM).

dificuldade de se realizar coletas de água nos locais onde se encontravam as escolas que participariam desta ou daquela edição do Circuito da Ciência (no total a oficina foi apresentada em nove edições, o que corresponde a trinta e seis escolas contempladas), bem como o espaço reduzido que foi disponibilizado no projeto "Circuito da Ciência" para as oficinas, a partir de março/2013 a participação da equipe do grupo RHANIA (Recursos Hídricos em Ambientes Naturais e Impactados na Amazônia) foi integrada a um projeto de pesquisa (Pascoaloto, 2014), e foram selecionados cinco sítios locais que estão sendo visitados periodicamente em Manaus, com diferentes graus de poluição e tipo de ocupação do solo para coleta das amostras de água expostas (rio Negro, na região da Ponta Negra; igarapé do Mindu, no bairro Coroado III; igarapé do Quarenta, no Distrito Industrial; Lago Amazônico, no Bosque da Ciência/Petrópolis) e Lagoa do Japiim, no Parque Municipal da Lagoa do Japiim/Japiim).

A água foi coletada com auxílio de uma garrafa coletora tipo Van Dorn, de polietileno, com capacidade para 2 litros, acondicionada em frasco de polietileno, quimicamente limpo, e transportadas para o Laboratório de Química Ambiental da CDAM/INPA, onde foram realizadas as análises físicas, físico-químicas e químicas das amostras.

As legendas apresentadas junto das amostras expostas na oficina mencionaram apenas os dados do pH e condutividade elétrica (variáveis ambientais mais fáceis de explicar para estudantes do ensino fundamental e que são bem distintas entre os rios de água preta e os de água branca), no entanto foram analisadas também as variáveis ambientais concentração de oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), demanda química de oxigênio (DQO), turbidez, cor verdadeira (cor), sólidos totais em suspensão (STS), concentração dos íon amônio (NH_4^+) e fosfato (PO_4^-), nitrogênio total e fósforo total.

Esses resultados foram informados aos visitantes que indagaram sobre eles e foram mencionados direta ou indiretamente durante a comparação das características físicas das amostras expostas). As análises foram processadas, seguindo as metodologias descritas em Golterman et al. (1978), Mackereth et al. (1978), Valderrama (1980) e APHA et al. (2005).

Resultados e discussão

Os resultados obtidos para a qualidade da água (média dos locais) encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1: Valores médios das variáveis ambientais analisadas em cada local..

	pH	Condutiv.	Alcalinid.	OD	DBO	DQO	Cor	Turbidez	STS	NH ₄ ⁺	PO ₄ ⁻	P Total	N Total
		($\mu\text{S.cm}^{-1}$)	mgHCO ₃ .l ⁻¹	(mg.l ⁻¹)	(%)	(mg.l ⁻¹)	mgPt/L	NTU	(mg.l ⁻¹)	(mg.l ⁻¹)	(mg.l ⁻¹)	(mg.l ⁻¹)	
Rio Negro	5,23	8,53	3,73	4,92	13,05	48,31	138,70	5,06	6,14	0,38	0,07	0,02	0,49
Igarapé do Mindú	7,05	223,10	97,91	1,42	100,00	39,66	70,01	42,34	38,34	6,45	0,34	0,62	7,69
Igarapé do Quarenta	6,82	235,38	87,84	1,38	100,00	52,49	69,81	54,60	69,94	5,92	0,12	0,39	6,07
Lago Amazônico	6,85	29,28	13,42	7,20	76,57	31,46	31,47	11,57	11,31	0,24	0,02	0,28	3,05
Lagoa do Japiim	8,20	120,32	31,65	10,70	99,15	60,75	60,71	122,62	63,98	0,98	0,12	0,60	5,89

Não houve diferença significativa dos valores de cada variável ambiental em cada local entre as coletas. Os resultados obtidos têm sido relativamente constantes para os igarapés Mindú e Quarenta desde 2002 (Franken, 2004; Cunha, 2006). O que significa que as obras que têm sido desenvolvidas na área de drenagem desses igarapés não estão sendo efetivas no que se relaciona à (melhoria da) qualidade da água. Nesses locais também é possível observar, principalmente no período da vazante, grandes quantidades de resíduos sólidos, como foi observado em Pascoaloto *et al.* (2012).

Os dois ambientes lênticos amostrados (Lago Amazônico e Lagoa do Japiim) apresentam diferentes graus de eutrofização, que é o aumento da concentração de nutrientes, especialmente nitrogênio e fósforo (Esteves, 1988). Devido a esse aporte químico, observa-se na água dos dois ambientes uma grande quantidade de algas, as quais variam de espécie, ou mesmo de classe dominante, devido às características químicas (resultantes das fontes dos nutrientes) de cada local. Conforme é explicado aos estudantes durante as apresentações na oficina, no Lago Amazônico a água do lago é enriquecida devido ao aporte da água do tanque de peixe boi, enquanto na Lagoa do Japiim, os nutrientes são oriundos de esgotamento sanitário.

Devido ao curto espaço de tempo disponibilizado para a apresentação da oficina (cerca de três minutos para cada escola), a explicação foi principalmente voltada para as razões pelas quais o rio Negro possui água escura e o que causa a alteração na tonalidade e transparência da água nos locais de água poluída (as amostras procedem de locais com diferentes tipos de impactos antrópicos), no que se referiu aos igarapés

(as nascentes do Mindu e do Quarenta apresentam características, e aparência, similares às do rio Negro). Em relação ao Lago Amazônico e à Lagoa do Japiim, a explicação foi sobre o que é qualidade de água (a água do Lago Amazônico é ótima para criação de peixes, por exemplo) e de que forma os esgotos domésticos afetam a biota (principalmente algas e mecanismos de sobrevivência dos animais – na Lagoa do Japiim os organismos são resistentes à poluição - as algas são cianobactérias e os peixes respiram na superfície). As pessoas que se interessaram por explicações mais detalhadas, como alguns estudantes universitários ou professores da rede pública de ensino fundamental, foram informadas de outros resultados obtidos na análise das águas.

O ano de 2013 foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas) o Ano Internacional de Cooperação pela Água. Neste contexto a oficina “Águas da Amazônia” mereceu particular atenção. Durante a apresentação foi chamada a atenção dos jovens e crianças para os problemas com a poluição; como reconhecer uma água poluída e as razões para evitar seu consumo, visto que essa água pode ser prejudicial à saúde tanto em curto quanto em longo prazo. Bacelar (2013) destaca a seguinte parte da apresentação: “É uma coisa que está inseminada na cabeça das pessoas. Uma água boa, pura, é aquela sem cor, sem odor. Então eles não conseguem entender que o Rio Negro, dependendo do caso, do meio da floresta, por exemplo, é muito mais saudável tomar essa água, do que vir aqui na cidade em um poço de 12 metros e beber aquela água, que aparentemente está limpinha. As pessoas confundem a cor com sujeira”, enfatizou a pesquisadora.

Ainda segundo Bacelar (2013), para a estudante da Escola Estadual Cid Cabral da Silva (bairro Cidade Nova), Rebeca Silva, 14, ver o que aprende na escola ser colocado em prática e entender o que acontece com o meio ambiente é um dos diferenciais que o Circuito oferece. “É muita informação oculta, que não passa na televisão, dificilmente tem no livro e que agora eu estou conseguindo obter. É uma iniciativa muito boa para a gente que não sabia disso tudo, como a poluição dos rios. O lago mais bonito é o mais poluído e o rio que aparenta ser realmente poluído, na verdade é um dos melhores, o que surpreende”, destacou.

Conclusão

A divulgação científica sobre os recursos hídricos da Amazônia, principalmente de Manaus, cidade onde ocorre a maior parte das ações de extensão realizadas por pesquisadores do INPA, costuma se dar em forma de palestras ou da apresentação de oficinas, principalmente a "Águas da Amazônia".

Apesar da apresentação em forma de oficina exigir maior infraestrutura e ser mais demorada do que as palestras, é possível notar que o conteúdo repassado neste formato é melhor absorvido por estudantes de nível fundamental e/ou médio. Esse formato também atrai mais a atenção do público em geral.

Referências

BACELAR, C. Circuito da Ciência: ferramenta para divulgação científica e conscientização ambiental. INPA notícias, em 31 de agosto de 2013. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, Manaus. Disponível em: <http://www.inpa.gov.br/noticias/noticia_sgno2.php?codigo=2908>. Acesso em 30 de Set. 2014.

CUNHA, H.B. Elaboração de índices de qualidade de água no município de Manaus (AM). Relatório final de projeto (FAPEAM - programa PIPT). Manaus, INPA/ FAPEAM. 2006. 27pp (mais XI anexos).

ESTEVES, F. A. Fundamentos de limnologia. Rio de Janeiro, Ed. Interciência. 1988. 575p.

FRANKEN, W.K.. Recursos Hídricos de Manaus: identificação e controle da poluição. Manaus: CNPq. 2004. Relatório Final de Projeto (Modalidade PNO PG).

PASCOALOTO, D. 2014. Tonalidades atípicas de água na bacia do rio Negro, estado do Amazonas, e sua relação com as ferrobactérias, substâncias húmicas e comunidades de algas. (Relatório Parcial de Pesquisa). FAPEAM/INPA, Manaus-AM, 52p.

PASCOALOTO, D.; SILVA, M. S. R. ; SILVA, M. L. ; LINS, V. K. C. ; CONRADO, M. A. O.; NEVES, C. L.; ALVES, M. C. N.; GONCALVES, T. J. Explicando bacias hidrográficas para alunos do ensino fundamental. In: Pascoaloto, D.; Silva, M.L.; Miranda, S.A. (Org.). Tópicos em Recursos Hídricos: uma abordagem para professores dos ensinos fundamental e médio na Amazônia. 1ed. Manaus: Editora INPA, 2012, v. 1, p. 69-77.

Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental: desafios no espaço de educação ambiental não-formal

Maria Luciana Oliveira da Silva¹
Michelle dos Santos²
Ireide Coelho da Cunha³
Gina Rego Gama⁴
Milton Melo dos Reis Filho⁵

Introdução

Este estudo tem a finalidade de apresentar a Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental e seus principais desafios para a sistematização das ações desenvolvidas em cada Oca do Conhecimento Ambiental. As Ocas estão localizadas nas Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus, sob as denominações Oca Cidade do Leste, Oca Puraquequara e Oca Nova Cidade.

As Ocas são espaço de Educação Ambiental não formal, homologados por sentenças pela Vara Especializada em Meio Ambiente e Questões Agrárias (VEMAQA), como penalidades aplicadas aos infratores ambientais do município de Manaus.

A VEMAQA disponibilizou esses espaços para que fossem gerenciados pela Prefeitura de Manaus através da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Eles estão localizados nas Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus, sob as denominações Oca Cidade do Leste, Oca Puraquequara e Oca Nova Cidade.

As Ocas do Conhecimento Ambiental têm como finalidade fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimento dos jovens oriundos de nossa escola e os comunitários moradores dos entornos desses espaços, por meio de atividades socioambientais e educativas.

Os trabalhos das Ocas do Conhecimento Ambiental são voltados para promover uma reflexão sobre os problemas ambientais; possibilitar mudanças de hábitos e atitudes ambientalmente corretos na comunidade local, levando-a a identificar propostas e soluções de âmbito social e coletivo; possibilitar o uso racional de recursos de bens de consumo disponíveis, além de nortear a comunidade nas relações homem – meio ambiente, disponibilizando à comunidade escolar e ao público em geral

1 Professora Especialista, Assessora Pedagógica da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental - Semed.

2 Professora Especialista, Assessora Pedagógica da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental - Semed.

3 Professora Especialista, Assessora Pedagógica da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental - Semed.

4 Professora Mestra, Coordenadora da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental - Semed.

5 Professor Doutor, Assessor Pedagógico da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental - Semed.

subsídios necessários para pensar, agir e fazer uma comunidade sustentável. Esses são os princípios norteadores desses espaços.

Metodologia

A metodologia cumpriu os caminhos necessários à elaboração de um Ato de Criação da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental (Portaria de Criação n. 0153/2014 SEMED, 05 de fevereiro de 2014). A partir daí, foi estabelecido um tripé de ações para o ano de 2014, assim elencados: a construção da Proposta Pedagógica das Ocas, a sua estruturação física e o seu reconhecimento como Unidades Educacionais pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, o que resultou na Lei n. 1.913, de 29 de setembro de 2014.

Resultados e Discussão

A Oca Cidade do Leste nasceu em 18 de novembro de 2005, o Tribunal de Justiça do Amazonas e a VEMAQA – Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias, entregaram a primeira Oca do Conhecimento Ambiental, situada no Lote 11, Quadra B6, Residencial Cidade do Leste. À Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus, através do Excelentíssimo Senhor prefeito Serafim Fernandes Correa, obra edificada pela empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, em benefício à comunidade amazonense, a ser utilizada em Programas de Educação Ambiental, conforme programação a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.

A Oca Nova Cidade, localizada na Av. Margaritas s/n, Conjunto Nova Cidade, nasceu em 06 de outubro de 2006, na administração do prefeito Serafim Fernandes Correa. Foi a segunda Oca entregue pela Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias – VEMAQA, edificada também pela empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, em benefício a comunidade amazonense, a ser utilizada em programas de educação Ambiental, conforme Plano de Ação estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED.

A Oca Puraquequara nasceu em 23 de julho de 2013, a Prefeitura de Manaus, na administração do prefeito Arthur Virgílio Neto, em parceria com o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), inaugurou a terceira Oca do Conhecimento Ambiental, situada na Comunidade Bela Vista, bairro Puraquequara, zona Leste de Manaus e foi

criada para promover a interação da população com as questões ambientais por meio da realização de campanhas, oficinas, seminários, fóruns, exposições, entre outras atividades, de acordo com o plano estabelecido pela Semed.

As três Ocas do Conhecimento Ambiental buscam trabalhar a dimensão da Educação Ambiental para sociedades sustentáveis. A partir das realidades locais estabelecem as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação. Suas metas primordiais visam incentivar a produção de conhecimentos, metodologias e práticas de Educação Ambiental, estimulando posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

Nunca é demais lembrar que a ONU e a UNESCO tiveram a iniciativa de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cuja instituição representa um marco para a educação ambiental, pois reconhece seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental à medida que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação⁶.

Por fim, busca-se cumprir os pilares **aprender a ser** no sentido de transformar a realidade social, compreender e discutir os diferentes contextos e se colocar como personagem principal de uma nova história, competência social; **aprender a aprender**, ou seja, pensar, argumentar, buscar e selecionar informações a partir de sua competência cognitiva; **aprender a fazer**, desenvolvendo competências e habilidades nos projetos propostos refletindo a competência produtiva.

E, também, **aprender a conviver**. Ou seja, incorporar a solidariedade, responsabilidade e reciprocidade nas relações pessoais e sociais, através de ações do cotidiano, refletindo a expressão da competência.

Conclusão

Este estudo revela a importância da Coordenadoria das Ocas do Conhecimento Ambiental como espaço onde as pessoas cuidam das relações que estabelecem com os outros, com a natureza e com os lugares onde vivem. Revela grandes ganhos à comunidade porque ela aprende, pensa e age para construir o seu presente e seu futuro com criatividade, liberdade e respeito às diferenças;

⁶ Cf. Documentos do Governo Federal "Vamos cuidar do Brasil", Unesco, 2007.

Uma constatação importante desse estudo é a sinalização de políticas públicas para a construção de uma comunidade sustentável. Isto se confirma nas ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Referências

Documentos do Governo Federal. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

Texto Base – CNBB – Campanha da Fraternidade, 2009.

Percepção ambiental na comunidade florestal: o papel da propriedade privada na consciência

Luciene Souza da Costa¹
Elane Cristina Lima da Silva²

Introdução

O Amazonas possui extensão territorial estimada em 1.570.745.680 km², a maior área do país, abriga 62 municípios, tem como capital Manaus, que concentra a maioria da população do Estado, com 1.802.525 habitantes (conforme Censo de 2010), correspondendo a cerca de 158,06 hab/km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Manaus sofreu ainda mais com o desordenamento urbano e ocupação desenfreada, resultado do grande êxodo rural do em decorrência da implantação do Parque Industrial na cidade, que se converteu como um novo ciclo econômico; por sua vez, resultado das políticas de integração nacional destinada à região amazônica por parte dos governos militares brasileiro. Com isso a capital reúne também as desigualdades expressas nas questões sociais e ambientais advindas da centralização econômica deste centro urbano, promovida, sobretudo, pela industrialização resultado do Modelo Zona Franca.

Na zona norte de Manaus, nas décadas de 80 e 90, havia em sua maioria, conjuntos habitacionais cercados por reservas ambientais (RAMOS; COSTA, 2007), entretanto, de acordo com o já exposto, aconteceu uma grande expansão das áreas de ocupações espontâneas, ameaçando não só as reservas, que ainda existiam na área, mas também a própria segurança dos moradores, uma vez que muitas casas foram erguidas em encostas de morros e áreas de risco.

Áreas que eram de florestas foram substituídas por casas minúsculas que não permitem nenhum tipo de preservação ambiental, seja com o plantio de árvores (já que não tem espaço para isso), ou com cuidados com os dejetos (já que não existe saneamento básico apropriado). O igarapé do Passarinho, que corta parte da zona norte, se tornou um esgoto a céu aberto e os moradores sofrem com o calor e o sol direto em suas residências, consequência direta da retirada da cobertura vegetal.

Djalma Batista (2007 p.350), em 1976, já sinalizava vários problemas de cunho médicos-sanitários e ambientais do crescimento desordenado da cidade e este

1 Socióloga, especialista em Mídias na Educação. Docente da Secretaria Municipal de Manaus (Semed/Brasil).

2 Assistente Social; Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Docente em Serviço Social na Uninorte.

problema apenas aumentou com o passar das décadas. As chamadas "invasões" se proliferaram pela cidade de Manaus com maior ênfase a partir dos anos 1980. Nos anos 1990 e 2000, com toda a discussão sobre Meio Ambiente e Urbanismo e até mesmo pela ação dos proprietários das áreas invadidas, passaram a ser reprimidas.

Metodologia

A pesquisa teve abordagem qualitativa, de caráter descritivo exploratório. Para este estudo, optou-se por trabalhar na zona norte de Manaus, onde está concentrado o maior índice de crescimento habitacional atual da cidade, a partir das características de ocupação espontânea

O trabalho foi realizado por uma equipe de estudantes do ensino fundamental, coordenado por uma professora e um apoio técnico. Nos anos de 2009 e 2010 foram realizadas 32 entrevistas em 32 residências em diferentes pontos da comunidade. Para isso foram usados questionários semiestruturado e a escolha dos moradores aconteceu de maneira aleatória, tendo como requisito principal, a disposição das casas na comunidade. O objetivo maior do trabalho, além de favorecer uma caracterização da área, era analisar como os moradores enxergavam suas propriedades e se as consideram enquanto parte do ecossistema.

Após a pesquisa documental, partimos para o trabalho de campo. As residências escolhidas para a ida dos pesquisadores não obedeceu um objetivo amostral mas sim tentou contemplar o maior número de ruas possíveis. Neste momento, foi importante a aplicação do questionário piloto, a partir do qual se pode verificar a viabilidade das questões elencadas.

Resultados e Discussão

Com a finalidade de entender a percepção ambiental das propriedades e seus espaços ocupados pelos moradores da zona norte de Manaus, o primeiro e imediato resultado obtido na pesquisa foi o mapa mental da área de trabalho.

Partindo das metas do estudo, fez-se necessário a princípio identificar a origem dos moradores dessa área, uma vez que a formação sócio cultural regional é marcada pela imigração com fortes traços de mobilidade social de populações de outros estados brasileiros. Assim, através dos resultados, pôde-se constatar que a maior parte dos habitantes da área são manauaras, seguida por pessoas oriundas do interior

do estado e por último pessoas de outros estados. Conforme mostra o gráfico a seguir:

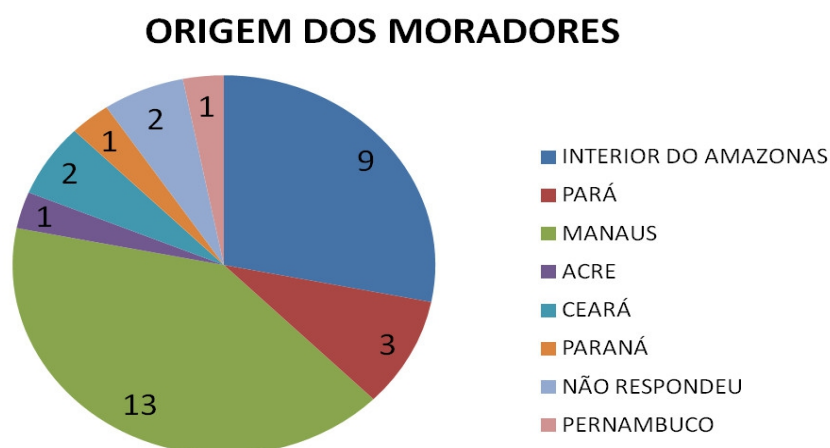


Figura 1: Procedência do entrevistado Fonte: Costa, 2009

Sobre o local das propriedades, com o estudo foi possível observar que algumas moradias da localidade estão em iminente área de risco e mesmo assim os moradores não vêm a sua parcela de responsabilidade na geração do perigo com os cortes de árvores e cava de poços artesianos.

Dentre as maiores dificuldades relatadas pelos moradores está a coleta de lixo. Como as ruas são muito estreitas e irregulares, o acesso ao local é muito difícil, e o caminhão coletor não tem como entrar em alguns lugares. Para evitar andar alguns quarteirões com as sacolas do lixo nas mãos, as pessoas queimam, enterram o lixo ou simplesmente jogam nos igarapés. Nas áreas de encosta do morro do conjunto cidadão, por exemplo, constatou-se nos quintais, buracos abertos ou com tampas improvisadas para o descarte do lixo. Quando estes moradores foram questionados sobre os prejuízos da ação, disseram não ter outra alternativa. Aqui se verifica um costume típico do interior do estado, onde, na falta da coleta de lixo, muitas pessoas enterram ou queimam o lixo.

Os quintais da comunidade não tem o mesmo tamanho. Algumas casas ficam em becos e nem dispõem de área livre. Na área mais antiga, que fica próximo ao conjunto Manôa e talvez por influência deste, as casas são mais padronizadas e geralmente muradas. Por outro lado, no lugar onde era área verde do Conjunto Renato Souza Pinto I, próximo ao Igarapé do Passarinho, as casas não apresentam padrão. Algumas são em declives, outras em aclives, em vielas e existe uma faixa que

se estende ao redor de um morro, em área de risco. Estas casas não são, em sua maioria, muradas. Existem propriedades maiores, tomando por padrão a metragem dos terrenos do Conjunto Nova Cidade, que são de 128 m². Quando perguntado aos moradores sobre o que o quintal representa para ele, o resultado foi o seguinte:

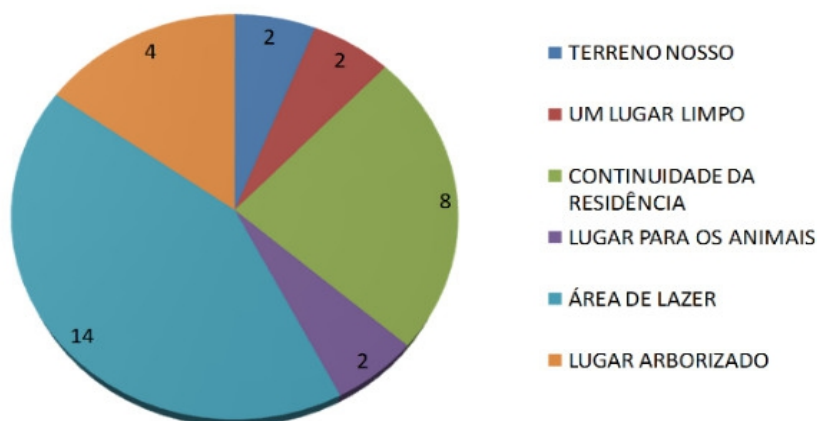


Gráfico 2: O que é um quintal para você? Fonte: Costa, 2009

Partindo desse questionamento, verificou-se que estes moradores enxergam seus quintais como uma área própria, de lazer, que se constitui a continuidade da residência. É interessante que mesmo com os 15% de pessoas que afirmam ser o quintal uma área arborizada, não se constatou nestas propriedades, arborização; Ou seja, existe uma contradição entre o que os moradores falam e o que se vê na realidade, já que grande parte deles relatou informalmente, que pretende cimentar a área já desmatada.

O desmatamento é constante nessas áreas, em muitos casos as árvores são vistas como um empecilho à urbanidade. Dentre os 6% dos entrevistados que relataram os quintais são áreas para os animais, não se constatou, com raríssimas exceções e em casas não abordadas, a existência de criações de animais. Os únicos animais vistos durante a pesquisa eram gatos e cachorros, geralmente soltos na rua. Deste modo, quando perguntados aos moradores, se pretendiam plantar mais árvores no quintal de sua residência, o resultado foi 47% sim e 53% não.

Os motivos para o não plantio geralmente eram descritos e justificados pela falta de espaço, a necessidade da limpeza e o desejo de aumentar as casas. Muitos desses domicílios, como já dissemos, são palafitas na área ciliar dos igarapés. Deixando claro, a preferência pelo espaço construído, quando este existe, é maior que

conservação do espaço natural e os benefícios trazidos por este.

Conclusão

Com o estudo realizado, o que chama atenção é o contrassenso do discurso com a ação expressa pelos moradores da área, uma vez que na fala foi exposto com clareza a preocupação e a relevância com o meio ambiente, contudo na atitude cotidiana, caracterizada na pesquisa, pela apropriação do quintal de sua casa, o que se constatou foram práticas e intervenções inadequadas nos espaços naturais. A investigação se deu a partir de ações e espaços individuais em propriedades privadas, mas as consequências destas mesmas ações ecoam diretamente na esfera natural de modo coletivo. Ou seja, como o ecossistema é todo interligado, estas ações tidas como pequenas ou isoladas não o são de forma alguma. Estão encadeadas aos impactos ambientais seja em nível micro ou macro.

Neste ponto de vista, Wagley (1988) partindo de uma perspectiva mais ampliada de comunidade, que privilegia a relação homem e natureza, enfatiza os preceitos culturais como norteador da vida dos grupos sociais humanos, como expressão local das estruturas societais mais amplas.

Assim, entende-se que a principal contribuição da pesquisa se dá à medida que se procura dar ênfase a percepção dos sujeitos sociais sobre sua propriedade privada e a apropriação e gestão desses espaços, no contexto da realidade local que tem dimensões e consequências globais de agravamento dos processos de degradação do meio natural, visto que a conservação do meio ambiente deve alcançar, inicialmente, a consciência individual e com isso, a mudança de atitude frente à natureza, por meio da educação para conquista da racionalidade ambiental dos grupos sociais.

Desse modo, a tão almejada sustentabilidade ambiental, passa por questões éticas e morais na relação homem/natureza. Engel (1986) ainda no século XIX, já chamava a atenção sobre a apropriação e uso indevido de todos os recursos da natureza utilizado pelo homem, quando afirmou "(...) não nos deixemos entusiasmar apenas pelo fato de sermos vitoriosos em relação à natureza, pois a cada vitória assim conquistada a sábia natureza prepara sua vingança" (p.33).

Por outro lado, ao Estado cabe garantir o direito do cidadão ao meio ambiente saudável e equilibrado, e com isso promover meios para um melhor ordenamento e gestão do espaço urbano, por intermédio da efetivação do Plano Diretor da cidade,

bem como concretizar, com políticas públicas, o processo de sensibilização da sociedade na busca por práticas e intervenções ambientais que de fato contribuam para conservação da natureza aliadas ao direito à habitação e a qualidade de vida da população, sobretudo, no âmbito urbano das grandes cidades, ambiente de maior concentração de grupos sociais.

Referências

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia. 2ª. Edição. Manaus: Editora Valer, 2006.

COSTA, Luciene et all. Percepção Ambiental na Counidade Florestal: O Papel da Propriedade Privada na consciência Ambiental. Manaus: FAPEAM, 2009 (não publicado).

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em Homem. 3.ed. São Paulo: Global editora, 1986.

MOURA, Luciana Karoline Farias de ET all. As Politicas Publicas Habitacionais em Manaus e a orientação da expansão urbana. s.d: disponível em <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/e8f3163c4507528f6cc5abbb44875690.pdf> acessado em 12/12/2012.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.